

INFORME GENERAL SOBRE OFICINAS DE DERECHOS HUMANOS

UNIVERSIDADE DE BRASILIA

RED ALFA DHES: DERECHOS HUMANOS Y EDUCACIÓN SUPERIOR

PRIMERA PARTE: MEDIDAS DE ACCESIBILIDAD Y PERMANENCIA DE GRUPOS VULNERABLES EN LA UNIVERSIDAD

ACCIÓN 1: POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO PPGD (PÓS-GRADUAÇÃO): INDÍGENAS E NEGROS

Organismo o institución universitaria de la que depende la implementación de la medida

A implantação efetiva desta medida depende diretamente do Colegiado de Pós Graduação da Faculdade de Direito (que aprovou inicialmente a medida), do Decanato de Pesquisa e Pós Graduação, da Procuradoria Jurídica da UnB (que examina a pertinência normativa da medida), do Conselho de Ensino e Pesquisa da UnB.

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Já existia anteriormente.

Profesor coordinador del trabajo relacionado con las oficinas

Profa. Loussia Felix

¿La Universidad ha adoptado de forma escrita la decisión interna respecto de la forma de articulación de los objetivos relacionados con las oficinas?

No dia 07 de julho de 2014 o Colegiado do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Brasília -PPGD, aprovou, por unanimidade, uma proposta apresentada pela representação discente, de que fosse implantada Política de Ação Afirmativa no PPGD

CATEGORIZACIÓN DE LA MEDIDA O POLÍTICA DESARROLLADA

MEDIDA DE ACCESIBILIDAD

- X** Medidas de discriminación positiva que faciliten el acceso de los grupos vulnerables a la educación superior

DESCRIPCIÓN DE LA MEDIDA ADOPTADA

-Grupo vulnerable al que va dirigida

Indígenas e negros/as

Descripción básica de la medida

- Objetivo

O ingresso de beneficiários indígenas e negros/as, NA Pós Graduação em Direito da Universidade de Brasília, a partir do ano de 2015.

- Contenido

Novembro de 2014: uma Comissão presidida pela Profa. Loussia Felix (comitê executivo da rede DHES) discute os editais, número de vagas e demais aspectos das formas de aplicação da medida de discriminação positiva. A comissão é composta por docentes e discentes do PPGD.

Segundo semestre de 2014: a Comissão tem empreendido estudos em torno do número de vagas que podem ser disponibilizadas para estudantes cotistas, elaborado os editais, debatido aspectos e necessidades específicas de uma medida que imagina-se, trará maior pertinência social, étnica e cultural às pesquisas e formação discente dos pós graduandos/as e docentes integrantes do programa.

Ano acadêmico de 2015: implementação. Uma medida complementar que deverá ser buscada é a adoção de políticas internas para alcançar bolsas de mestrado e doutorado para o grupo de estudantes cotistas.

- Resultados esperados o ya conseguidos

Estima-se que ao final de 3 anos os estudantes oriundos da política de ação afirmativa constituirão o mínimo de 20% do total discente. Assim a projeção é ao final do processo seletivo do ano de 2017 este patamar tenha sido alcançado.

ACCIÓN 2: POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA GRADUAÇÃO: VESTIBULIAR INDÍGENA

Organismo o institución universitaria de la que depende la implementación de la medida

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe).

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Já existia anteriormente.

Profesor coordinador del trabajo relacionado con las oficinas

Paulo Henrique Portela de Carvalho

¿La Universidad ha adoptado de forma escrita la decisión interna respecto de la forma de articulación de los objetivos relacionados con las oficinas?

Instituído em 2003 – a Universidade de Brasília firmou um convênio com Fundação Nacional do Índio (Funai) com o objetivo de promover o ingresso de estudantes indígenas à universidade.

Desde 2014 a UnB realiza seleção específica para candidatos que vivem em comunidades indígenas

CATEGORIZACIÓN DE LA MEDIDA O POLÍTICA DESARROLLADA

MEDIDA DE ACCESIBILIDAD

- | | |
|----------|--|
| X | Medidas de discriminación positiva que faciliten el acceso de los grupos vulnerables a la educación superior |
|----------|--|

DESCRIPCIÓN DE LA MEDIDA ADOPTADA

-Grupo vulnerable al que va dirigida

Indígenas

Descripción básica de la medida

- Objetivo

O ingresso de beneficiários indígenas na Universidade, a partir do ano de 2014.

- Contenido

Ingresso: 1º e 2º semestre de cada ano

O que é – Processo de seleção destinado à inclusão de estudantes indígenas que vivem em comunidades espalhadas pelo interior do país.

Ingresso: 1º e 2º semestre de cada ano.

Número de vagas ofertadas: 10 vagas no 1º semestre e 10 vagas no 2º semestre.

Cursos contemplados na seleção: seis cursos presenciais de graduação – Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia Florestal e Medicina – oferecidos em dois campi da UnB: Darcy Ribeiro e Ceilândia.

Quem pode concorrer: estudantes indígenas que tenham cursado ou estejam cursando o ensino médio em escolas pública ou particular por meio de bolsa de estudos integral.

Como concorrer: as inscrições são abertas no primeiro e segundo semestre, após publicação de edital de seleção pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe).

Tipo de seleção: a classificação é feita com base no resultado obtido pelo candidato na prova de conhecimentos elaborada pela UnB. O candidato passa ainda por uma entrevista, etapa eliminatória do processo de seleção.

A prova aplicada aos estudantes indígenas contempla áreas como Português, Literatura, Matemática, Biologia, Geografia, História, Química, Física, além de teste discursivo, com redação.

O candidato deverá deslocar-se para um município próximo da região em que se localiza a comunidade indígena, onde a avaliação será feita. Sendo classificado no teste, o estudante passa então por uma entrevista. Nesta etapa, que é eliminatória, os candidatos deverão mostrar aos avaliadores seu conhecimento e envolvimento com a realidade indígena.

Sistemas de concorrências: não se aplica.

ACCIÓN 3 : DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: CAPACITAÇÃO EM NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Organismo o institución universitaria de la que depende la implementación de la medida

Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade de Direito

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Já existia anteriormente.

Profesor coordinador del trabajo relacionado con las oficinas

Coordenação: Prof. Bistra Apostolova

¿La Universidad ha adoptado de forma escrita la decisión interna respecto de la forma de articulación de los objetivos relacionados con las oficinas?

No.

CATEGORIZACIÓN DE LA MEDIDA O POLÍTICA DESARROLLADA

MEDIDA DE PERMANENCIA

X Medida de adaptabilidad relacionada con el objetivo de que la educación responda a los contextos socioculturales diversos que hemos integrado en la vida universitaria.

DESCRIPCIÓN DE LA MEDIDA ADOPTADA

-Grupo vulnerable al que va dirigida

Mulheres da comunidade em geral

Descripción básica de la medida

- Objetivo

O objetivo de tal formação é empoderar mulheres para que elas se sintam sujeitos de direitos mais capazes, além de disseminar as informações aprendidas no curso, de modo a combater a desigualdade de gênero existente.

- Contenido

O Projeto de Extensão de Ação Contínua intitulado "Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direitos Humanos e Cidadania - Promotoras Legais Populares" teve início em 02 de abril de 2005, em Ceilândia/DF, por meio de uma parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e as ONGs que atuam na questão de gênero Agende e Dandara. No fim de 2013 foi firmada parceria também com a Fundação Oswaldo Cruz, que possibilitou que no ano 2014 pudesse ser aberta mais uma oferta do curso de PLPs em Sobradinho/DF.

O objetivo do projeto é possibilitar que as mulheres inscritas no curso reconheçam a sua autonomia enquanto sujeitos na construção de um

Direito que contemple as suas demandas específicas originadas nas relações desiguais de gênero existentes na sociedade. Desse modo, funda-se no pressuposto de ser uma atividade extensionista de educação jurídica popular feminista, como ação afirmativa de gênero, com base nas ideias da linha de pesquisa "O direito achado na rua".

Público alvo: mulheres de todo o Distrito Federal, ativistas ou não. O projeto de extensão tem em média 20 alunas extensionistas da UnB, por ano. Já do curso Promotoras Legais Populares que ocorre em Ceilândia e Sobradinho participam anualmente em torno de 80 mulheres, metade das quais consegue se formar e receber diploma de promotora legal popular.

ACCIÓN 4: PROJETO MARIA DA PENHA: ATENÇÃO E PROTEÇÃO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM CEILÂNDIA/DF

Organismo o institución universitaria de la que depende la implementación de la medida

Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade de Direito. Projetos de Extensão envolvendo os cursos de Direito e Psicologia.

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Já existia anteriormente.

Profesor coordinador del trabajo relacionado con las oficinas

Coordenação: Professoras Ela Wiecko Volkmer de Castilho (Faculdade de Direito) e Gláucia Ribeiro Starling Diniz (Instituto de Psicologia).

¿La Universidad ha adoptado de forma escrita la decisión interna respecto de la forma de articulación de los objetivos relacionados con las oficinas?

No.

CATEGORIZACIÓN DE LA MEDIDA O POLÍTICA DESARROLLADA

MEDIDA DE PERMANENCIA

Medida de adaptabilidad relacionada con el objetivo de que la educación responda a los contextos socioculturales diversos que hemos integrado en la vida universitaria.

DESCRIPCIÓN DE LA MEDIDA ADOPTADA

-Grupo vulnerable al que va dirigida

Mulheres em situação de violência familiar

Descripción básica de la medida

- Objetivo

O projeto tem por objetivo prestar assistência a mulheres de baixa renda, residentes em Ceilândia/DF, que encontram-se em situação de violência doméstica.

- Contenido y valoración.

– O Projeto de Extensão de Ação Contínua é desenvolvido na região administrativa de Ceilândia/DF há 7 anos. O objetivo principal é construir conhecimentos interdisciplinares a partir do diálogo com a realidade concreta, fortalecendo e integrando a rede de atendimento jurídico e psicológico a mulheres em situação de violência doméstica e familiar em Ceilândia/DF. Iniciado em 2007, o projeto adota uma perspectiva de gênero nas atividades que desenvolve, incluindo assistência interdisciplinar às mulheres e ampliação dos horizontes da/os estudantes quanto ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres.

A abordagem da violência doméstica e familiar contra mulheres se dá a partir da compreensão do fenômeno como construção social e problema estrutural da sociedade. Por meio de atendimentos psico-jurídicos individuais e do grupo terapêutico, busca-se apoiar a mulher para que ela protagonize o rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar ao qual está submetida. A ideia é valorizar cada vida, criando um contexto transformador e construtor de relações interpessoais não violentas e igualitárias. O atendimento interdisciplinar e com perspectiva de gênero é realizado aos sábados, no período da manhã, e envolve estudantes e profissionais do Direito e da Psicologia, possibilitando uma compreensão holística da situação de violência doméstica e familiar. Além dos atendimentos, os profissionais da área do Direito acompanham as mulheres nos atos realizados no sistema de justiça e segurança pública, como audiências, depoimentos e outras diligências. Atualmente, a equipe do projeto é integrada por mais de 20 pessoas.

São realizados aproximadamente 50 atendimentos por mês, além de audiências, assessoramento jurídico e atendimento terapêutico oferecido pela área de Psicologia.

Para más información

http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_zoo&task=item&item_id=221&category_id=15&Itemid=2791&lang=br

Organismo o institución universitaria de la que depende la implementación de la medida

Fórum de Extensão Faculdade de Direito.

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Já existia anteriormente.

Profesor coordinador del trabajo relacionado con las oficinas

Werllen Andrade

¿La Universidad ha adoptado de forma escrita la decisión interna respecto de la forma de articulación de los objetivos relacionados con las oficinas?

No.

CATEGORIZACIÓN DE LA MEDIDA O POLÍTICA DESARROLLADA

MEDIDA DE PERMANENCIA

X Medida de adaptabilidad relacionada con el objetivo de que la educación responda a los contextos socioculturales diversos que hemos integrado en la vida universitaria.

DESCRIPCIÓN DE LA MEDIDA ADOPTADA

-Grupo vulnerable al que va dirigida

Comunidades remanescentes de quilombos.

Descripción básica de la medida

- Objetivo

O projeto visa, num primeiro momento, ao amadurecimento dos estudos e discussões acerca de temas relacionados às comunidades remanescentes de quilombos.

- Contenido y valoración.

Serão discutidos textos com enfoques multidisciplinares e desempenhadas diversas atividades com o fim de fomentar e aprofundar o debate acadêmico sobre a questão dos quilombolas.

Para tanto, deverão ser organizados eventos que reúnam pessoas atuantes na causa quilombola, bem como especialistas de diversas áreas – Direito, História, Ciências Sociais, entre outras.

Tem-se como objetivo maior a atividade de extensão, por meio do desenvolvimento de um rico diálogo entre a universidade e as comunidades quilombolas, em especial a dos Kalungas, localizada em Cavalcante-GO.

ACCIÓN 6: PROJETO ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR ROBERTO LYRA FILHO

Organismo o institución universitaria de la que depende la implementación de la medida

Núcleo de Prática Jurídica da UNB

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Já existia anteriormente.

Profesor coordinador del trabajo relacionado con las oficinas

Coordenação: Prof. José Geraldo de Sousa Júnior.

¿La Universidad ha adoptado de forma escrita la decisión interna respecto de la forma de articulación de los objetivos relacionados con las oficinas?

No.

CATEGORIZACIÓN DE LA MEDIDA O POLÍTICA DESARROLLADA

MEDIDA DE PERMANENCIA

Medida de adaptabilidad relacionada con el objetivo de que la educación responda a los contextos socioculturales diversos que hemos integrado en la vida universitaria.

DESCRIPCIÓN DE LA MEDIDA ADOPTADA

-Grupo vulnerable al que va dirigida

Diversos

Descripción básica de la medida

- **Objetivo**

O objetivo principal é promover atividades de extensão e pesquisa-ação sob a perspectiva da ecologia de saberes, dentro do campo jurídico, por meio da assessoria jurídica popular, concebida como a articulação da educação popular em direitos humanos com a advocacia popular e a mobilização social e política em prol da efetivação de direitos humanos reivindicados por movimentos sociais e organizações populares.

- **Contenido y valoración.**

O Projeto de Extensão de Ação Contínua é desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica da UNB desde junho de 2012.

No trabalho com os movimentos sociais, os integrantes do projeto participam de ações que envolvem não apenas demandas jurídicas, mas também atividades de consultoria e assessoramento na área de direitos humanos e educação popular.

SEGUNDA PARTE: ATIVIDADES ACADÊMICAS RELATIVAS À PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -

COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Criado em Agosto 2012

Descripción breve del contenido del curso de formación

Criada em agosto de 2012 por ato do então reitor José Geraldo de Sousa Júnior, a Comissão objetiva investigar violações de direitos humanos e perseguições políticas a docentes, servidores e estudantes da UnB, além de estudar o funcionamento dos mecanismos repressivos e as formas de resistência durante a ditadura civil-militar (1964-1988).

Anísio Teixeira foi o primeiro reitor da UnB, tendo sido afastado do cargo quando do golpe militar de 1964. Sua morte, em 1971, se deu sob circunstâncias suspeitas, havendo fortes indícios de que ele foi assassinado pela repressão, sendo um dos objetivos do trabalho da Comissão desvendar os fatos que envolvem o acontecido. Além desse caso, a Comissão visa a averiguar os desaparecimentos forçados de

Honestino Monteiro Guimarães, Paulo de Tarso Celestino e Ieda dos Santos Delgado, que eram estudantes da UnB no período da ditadura.

A Comissão, que conta com a participação de dois professores da Faculdade de Direito entre seus membros (Cristiano Paixão e Beatriz Vargas) age em colaboração com outras comissões e instâncias do governo e da sociedade civil. Do ponto de vista investigativo, tem atuado na realização de audiências públicas e pesquisa documental (em acervos e jornais do período), na análise dos desligamentos de estudantes e demissão de inúmeros docentes.

Profesores

Cristiano Paixão e Beatriz Vargas

REDE LATINO-AMERICANA DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO (RLAJT)

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Criado em NOVEMBRO 2011

Descripción breve del contenido del curso de formación

Fundada em novembro de 2011, a Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT) tem por objetivo reunir forças e fomentar intercâmbios colaborativos regionais em matéria de justiça de transição. A América Latina tem sido líder na promoção da Justiça de Transição, mas ainda existem dificuldades significativas de acesso à informação e efetivação de medidas de justiça nos processos transicionais da região. O objetivo da Rede, dessa forma, é a construção de paralelos de ação, a formulação de políticas públicas compartilhadas e comuns, bem como o apoio recíproco em benefício de fins comuns. Procura conectar instituições governamentais, educacionais e da sociedade civil latino-americanas, com divulgação das experiências e apoio nas novas iniciativas.

A Rede foi impulsionada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD. Ao longo de 2010 e 2011, contou com a parceria do Centro Internacional para Justiça de Transição. Atualmente, compõe a Rede as seguintes instituições:

Argentina: Centro de Estudios Legales y Sociales e Memoria Abierta;

Brasil: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST), Núcleo de Preservação da Memória Política, Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Colômbia: Facultad de Derecho de la Universidad del Rosario;

Chile: Observatorio Derechos Humanos de la Universidad Diego Portales;

El Salvador: Instituto de Derechos Humanos de la Universidad Centroamericana;

Peru: Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú.

Na fase atual, se dedica a produzir relatórios sobre o estado atual da justiça de transição na América Latina, bem como a divulgar iniciativas do tema em mídias sociais – sítios eletrônicos e redes sociais. Durante os anos de 2014 e 2015, a Secretaria da RLAJT está sediada na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com financiamento da Comissão de Anistia. A Secretaria conta com alunos bolsistas e voluntários e realiza a pesquisa do estado da justiça de transição em países membros da Rede, produzindo subsídios para relatórios e divulgação em mídias sociais.

COMISSÃO DE ANISTIA

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Criada pelo Ministério da Justiça no dia 28 de agosto de 2001

Descripción breve del contenido del curso de formación

– Criada pelo Ministério da Justiça no dia 28 de agosto de 2001, a Comissão tem como objetivo analisar os pedidos de indenização formulados pelas pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política desde 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988 (Lei nº 10.559/2002). Ao reconhecer as perseguições, desligamentos, expulsões, cassação de aposentadoria ou qualquer outra forma de violência que compeliu as vítimas ao afastamento de suas atividades remuneradas, a Comissão estipula a indenização devida e pede oficialmente, em nome do Estado brasileiro, perdão às vítimas, e a seus familiares, pelas arbitrariedades praticadas.

A Comissão da Anistia tem vínculo direto ao Gabinete do Ministro da Justiça e é composta por 24 conselheiros, entre eles dois professores da Faculdade de Direito da UnB (Cristiano Paixão e Eneá Stutz). Além da apreciação de requerimentos de pessoas que se declaram perseguidas políticas, a Comissão realiza as “Caravanas da Anistia”, que percorrem os diversos estados da Federação, e nas quais se dá a exibição de vídeos institucionais, realizam-se sessões especiais de julgamentos de processo de indenização, sessões de memória, campanha de arrecadação de documentos e atividades culturais.

Profesores

Cristiano Paixão e Eneá Stutz

TITULO DEL CURSO: III SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. “Direitos Humanos, Multiculturalismo e Diversidade na América Latina”

Organismo o institución universitaria que organiza y oferta el curso

Faculdade de Direito da UnB e Consórcio Latino-Americano de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que reúne as seguintes universidades: UNIFOR (Brasil) – UNISINOS (Brasil) – Universidad Austral (Chile) – Universidad Católica del Perú (Perú) - Universidad del Externado (Colombia) - Universidad Diego Portales (Chile) - Universidad Iberoamericana (México) - Universidad Nacional de Buenos Aires (Argentina) – Universidad Nacional de La Plata (Argentina) – Universidade de Brasília (Brasil) - Universidade Federal da Paraíba (Brasil) - Universidade Federal de Pará (Brasil). Apoio: Fundação Ford – CAPES/Ministério da Educação do Brasil.

¿Este organismo existía o ha sido creado al hilo del desarrollo de la RED ALFA?

Existía

Profesor coordinador del curso

Alejandra Pascual

Destinatarios (colectivo y número)

Acadêmicos de todas as áreas do conhecimento, bem como todos os demais interessados podem se inscrever no evento e submeter propostas de trabalho ou de oficinas.

Descripción breve del contenido del curso de formación

O III Seminário Latino-Americano de Direitos Humanos ocorrerá entre os dias 28 a 30 de março de 2012, no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília, na capital federal brasileira. As conferências ocorrerão no Memorial Darcy Ribeiro, construído pela Universidade de Brasília e pela Fundação Darcy Ribeiro, em homenagem ao fundador da UnB, conhecido por sua fervorosa e apaixonada defesa da autonomia e da soberania dos povos da América Latina.

A realização do seminário se deve ao apoio da Faculdade de Direitos da UnB, de onde emerge outro célebre representante da defesa dos direitos humanos e da soberania dos povos da América Latina: trata-se do professor Roberto Lyra Filho, fundador da chamada "Nova Escola Jurídica Brasileira". Segundo a dialética social de Lyra Filho, o direito é produto da positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais, formulando os princípios supremos da Justiça Social que nelas se desvenda.

Nada melhor, portanto, do que discutir a luta pela efetivação dos direitos humanos dos povos latino-americanos na universidade idealizada por Darcy Ribeiro e no Memorial que lhe confere justa homenagem, sob a realização da mesma faculdade onde corajosamente lecionara Roberto Lyra Filho suas lições de Justiça Social e de luta pela realização histórica dos direitos humanos.

Información adicional

http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=876&Itemid=3012&lang=br

Profesores

Prof.^a Dr.^a Alejandra Leonor Pascual

Prof. Dr. Terry Ralph Groth

Prof. Dr. George Galindo

Prof.^a Dr.^a Ela Wiecko Wolkmer de Castilho

Msc. Ângela Pires Pinto

Msc. Antônio Sérgio Escrivão Filho

Msc. Diego Augusto Diehl

Msc. Gladstone Leonel da Silva Junior



Igor Lima Goettenauer de Oliveira

